

O planejamento governamental nos Estados do Paraná e Santa Catarina: um estudo comparativo (1955-2002)

Rosalina Lima Izepão¹/UEM
Laurisberto Tartaglia Filho²/UEM

RESUMO

Este artigo analisa a evolução do planejamento governamental nos estados do Paraná e Santa Catarina, no período de 1955 a 2002, visando destacar os principais pontos convergentes e os divergentes entre as duas realidades tão próximas geograficamente. Dividido em três seções, além da Introdução e da Conclusão, o artigo evidencia, na primeira seção, a origem do planejamento governamental nos países capitalistas e a sua propagação no Brasil e seus estados. Esta interrelação é necessária porque os estados brasileiros, embora sujeitos às políticas emanadas do Governo Federal, possuem determinada autonomia para decidirem sobre políticas inerentes a seu processo de desenvolvimento. Na segunda e terceira seção analisa-se a evolução do planejamento governamental no Paraná e Santa Catarina e as compara, destacando-se as principais características convergentes e divergentes, entre as duas realidades, respectivamente.

Palavras-chave: Planejamento Governamental, Desenvolvimento, Santa Catarina, Paraná.

1 INTRODUÇÃO

Quando as economias se deparam com momentos de crise, em geral, voltam as suas expectativas para as consequências e as possíveis soluções. O posicionamento dos governos e suas ações para a superação ou, pelo menos, redução dos custos econômicos e sociais aparece com frequência nas discussões de técnicos e especialistas, principalmente daqueles que defendem a necessidade do retorno de um Estado menos neoliberal.

No caso brasileiro tamanha preocupação tem de fato razão, pois o conturbado histórico de inflação e desemprego desta economia ainda ronda a memória de muitos cidadãos, em especial, daqueles com idade superior a 40 anos. Nestes momentos, os agentes econômicos cobram a ação do Estado para que, por meio de políticas econômicas bem direcionadas, reduza os impactos das crises sobre o setor produtivo e a sociedade, em geral. Da mesma forma, discussões sobre a necessidade do retorno planejamento governamental, como forma de se pensar e projetar o desenvolvimento brasileiro no longo prazo, comuns no Brasil desde o Programa de Metas da gestão Juscelino Kubitschek (1956-1960), ganham novos espaços.

Neste aspecto, os estados e municípios brasileiros também têm avançado suas discussões não só em função da necessidade de pensar o seu desenvolvimento no longo prazo, mas, também porque sabem que com os novos padrões de acumulação capitalista, estabelecidos a partir de meados dos anos 80, do século XX, as regiões e os poderes locais foram chamados a assumir novos papéis e funções em todo o processo, se quiserem manter ou ampliar suas posições no cenário econômico nacional e mundial. Com tais mudanças, o planejamento seja ele nacional, regional, estadual ou municipal vem ganhando projeção em todas as esferas da sociedade.

Em se tratando de planejamento governamental, alguns estados brasileiros já têm longa experiência no assunto. Entre estes podemos citar como exemplos os casos de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina e do Paraná. Os dois últimos são objetos deste estudo, cujo objetivo foi analisar a evolução do planejamento governamental, visando estabelecer comparação entre as duas realidades, isto é, a catarinense e a paranaense, destacando-se, sobretudo, os pontos convergentes e divergentes entre ambos os casos.

O interesse pelo tema deveu-se a três fatores. São eles: a proximidade geográfica entre os estados, objetos do estudo, a semelhança de suas realidades socioeconômicas e a disponibilidade de fontes.

¹ Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá.

² Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá.

2 O SURGIMENTO DO PLANEJAMENTO³ GOVERNAMENTAL

2.1 NOS PAÍSES CAPITALISTAS

A prática de elaboração e execução do planejamento governamental surgiu no final da década de 20, do século XX, na União Soviética, atualmente Rússia, como instrumento sistemático de ação do Estado, “capaz” de oferecer orientação ao funcionamento da economia em escala nacional. Isto explica a ligação do conceito de planejamento, às práticas dos países ditos socialistas, que passou a ser tão presente nas economias capitalistas, entre as décadas de 1930 a 1970. Tanto é que muitos passaram a rotulá-lo de ação governamental socialista e, portanto, incompatível com o sistema capitalista.

Na década de 1930, em função do quadro turbulento de transformações econômicas, sociais e políticas desencadeadas pela crise de 1929, a idéia da necessidade de planejar a economia passou a ganhar força nos países capitalistas. Assim, gradativamente, o principal argumento dos economistas clássicos que residia no pressuposto de que o pleno emprego seria o nível normal de funcionamento da economia, e, caso houvesse quaisquer distorções, os mecanismos de mercado seriam responsáveis por sua correção automática, foi suplantado pela noção de que os governos deveriam adotar modelos ditos racionais de política econômica. Economistas e formuladores de política econômica passam a defender a interferência do governo no mercado, com vistas a corrigir as distorções oriundas da própria dinâmica do sistema capitalista. (PINHO, 1992 apud IZEPÃO, 2008)

Foi nesta época, também, que as idéias de Keynes ganharam notoriedade, contribuindo, sobremaneira, para a difusão do planejamento como modalidade de ação governamental. Em sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada em 1936, Keynes além de evidenciar a possibilidade de haver equilíbrio da renda a um nível inferior ao de pleno emprego, defendia a idéia de que o Estado deveria desempenhar maior intervenção no mercado, visando a eliminação do desemprego e o crescimento da renda. Para isto deveria incluir em seus programas, obras que possibilitassem a promoção do pleno emprego. Isto intensificou ainda mais o apelo ao planejamento, que acabaria se firmando nos países capitalistas como instrumento de intervenção na economia. (MIGLIOLI, 1982)

Ressalta-se, porém, que mesmo com todas as condições criadas pelo pós- I Guerra Mundial, que favoreciam a adoção do planejamento como modalidade de política governamental, somente alguns países capitalistas o adotaram de imediato. Mesmo com a simpatia criada pelas idéias planejadoras, grande parte dos países só seguiu este rumo, depois de verificar os bons resultados obtidos por países como a França e o Japão. Isto em meados da década de 1960, época que representou um momento de expressivo crescimento da economia mundial, e, a partir daí, em meio a um grande otimismo, o planejamento passou a ser visto como instrumento adequado para obtenção e/ou manutenção do desenvolvimento de algumas economias.

2.2 O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL

No Brasil já eram adotadas medidas de caráter intervencionista muito antes da década de 1930 como, por exemplo, em 1906, o Convênio de Taubaté.⁴ No entanto, a participação mais intensa do governo se dava apenas no âmbito econômico, resumindo-se, basicamente, ao setor financeiro com medidas como cobrança de impostos de importação para fins de receita pública, medidas protecionistas voltadas às indústrias nascentes, concessão de empréstimos e, também, através da atração de companhias estrangeiras que pudessem investir no País, em projetos de infra-estrutura.

Foi somente no final da década de 1930, em meio a um quadro de grandes transformações políticas, econômicas e sociais, que a idéia de planejamento difundiu-se mais intensamente na América Latina, com forte influência das experiências dos países desenvolvidos, tal como a do *New Deal*.⁵

³ O planejamento é entendido neste estudo como o conjunto de ações que contém diagnóstico, prognóstico, execução e avaliação em economias de mercado, diferente, portanto, da planificação verificada em economias ditas “socialistas”. Ver IZEPÃO (2008).

⁴ Embora se saiba que a prática no Brasil na Primeira República tenha sido a do livre mercado, como nas demais economias capitalistas. Ver IZEPÃO (2008).

⁵ Série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do presidente Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana prejudicada pela Grande Depressão.

No Brasil, o principal impacto da grande depressão econômica mundial ocorreu sobre a cafeicultura, o que ocasionou no País uma significativa mudança no âmbito político com a passagem de um Estado tipicamente oligárquico, para outro em que o setor industrial passou a ter maior relevância política e econômica, sobretudo a partir de 1937. Neste período, a máquina administrativa do Estado sofreu forte reestruturação passando a desempenhar, de fato, papel relevante na economia nacional. (IANNI, 1986)

No início da década de 1950, por influência da CEPAL e do Banco Mundial, a idéia do planejamento e da industrialização por substituição de importações se popularizou nos países em desenvolvimento. O Brasil, na época, não possuía estudos prévios e sistêmicos da conjuntura brasileira vigente,⁶ por isto, até meados dos anos 1950, o planejamento não exerceu nenhum grande impacto no desenvolvimento brasileiro, mas forneceu a base para os planos posteriores, inclusive ao Programa de Metas (1956-1969). O trabalho de maior significação para a evolução do planejamento no Brasil, nesta época, foi o da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (1951 -1953), que resultou na criação do BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento, em 1952, atualmente BNDES, criado com a função de levantar fundos para investimentos no setor industrial. (SIMONSEN; CAMPOS, 1974).

Em 1956, já na gestão Juscelino Kubitschek foi formado o primeiro órgão central de planejamento econômico no Brasil, o Conselho de Desenvolvimento. Este Conselho visava a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico para o Brasil e para isto utilizou os estudos prévios da Comissão Mista Brasil – EUA e do Grupo Misto BNDE – CEPAL. Estes esforços, combinados, deram origem ao Programa de Metas (1956-1960), que consistia na proposta de um conjunto de investimentos governamentais em setores estratégicos, como: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação, além de incentivos à implantação e expansão de empresas privadas. (IZEPÃO, 2008)

A partir de 1964 outros planos nacionais foram criados, dessa vez com esforços mais amplos visando racionalizar e coordenar a política econômica governamental. Já na década de 1970, com a prática de planejamento já consolidada tanto no Brasil, quanto em toda a América Latina, a discussão passou a ser focada na sua eficiência ou não, enquanto instrumento de política econômica. Mesmo envolto em muitas controvérsias, observamos um crescimento significativo a partir da década de 1960, da utilização do planejamento econômico enquanto modalidade de ação estatal. No Regime Militar (1964 - 1985), por exemplo, se destacam os planos: PAEG e os 3 PNDs. (LIMA, 1998)

O PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo, elaborado na gestão Castello Branco, apresentava duas linhas gerais de atuação: políticas conjunturais de combate à inflação, associadas às reformas estruturais que permitiriam o equacionamento dos problemas inflacionários e das dificuldades que se colocavam ao crescimento econômico. Em 1972 foi instituído o I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento, o primeiro a ser fundamentado nos Atos Complementares n.43 e n.76, de 1969, que estabeleciam que cada novo governo deveria propor, no seu primeiro ano de gestão, um plano de desenvolvimento válido para os anos subseqüentes do seu governo e para o primeiro ano de seu sucessor (KON, 1999).

Com o I PND é que o esforço brasileiro de planejamento atingiu razoável grau de maturidade e institucionalização, o que iria se intensificar a partir do II PND, de 1974, na gestão Geisel. (MIGLIOLI, 1982). Fechando a chamada era dos PNDs, na gestão Figueiredo foi instituído o III PND, em uma conjuntura em que os desajustes da economia brasileira eram reforçados pela grave crise econômica mundial, reflexo do segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979, do aumento das taxas de juros norte-americanas, da recessão nos EUA, da queda abrupta nos termos de troca, refletindo, internamente, no crescimento da dívida externa, da inflação e do desemprego. Esta situação, no seu conjunto, levou ao abandono do III PND pelo Governo Federal.

⁶ Os planos setoriais até aquele momento, tinham um caráter bastante específico, e, em alguns casos sofriam com as constantes interrupções ou até mesmo eram abandonados antes do seu término. O DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público, criado em 1938, na primeira gestão administrativa de Getúlio Vargas, era o órgão responsável pelo controle tanto na esfera do governo federal como dos governos estaduais. Ainda no Estado Novo, Vargas criou o Plano Especial de Obras Públicas, o Plano de Reparelhamento da Defesa Nacional, em 1939 e o Plano de Obras e Equipamentos, em 1942, no entanto, nada que pudesse ser enquadrado como um Sistema Nacional de Planejamento. (BALESTRERO, 1996)

Em 1985, num contexto de democratização, mas, de enormes pressões políticas e sociais, o Brasil que se encontrava praticamente excluído do fluxo de capitais internacionais precisou seguir com planos de estabilização de curto prazo, cuja meta principal era o combate inflacionário. Entre tais planos se destacam: o Cruzado (1986), o Verão (1989), o Collor I (1990) e o Collor II (1991).⁷

Este quadro vigorou até 1993, quando na gestão Itamar Franco, começou a ser implementado no Brasil aquele que seria o plano considerado mais engenhoso de combate à inflação já utilizado no País, o Plano Real. O Plano passou por três fases até sua implantação: a primeira foi a implantação do Programa de Ação Imediata, o PAI, de 1993, a segunda foi a criação da URV (Unidade Real de Valor), e por fim, em 1994, foi editada a medida provisória que implementava a nova moeda, o Real. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2007).

As crises internacionais, os problemas de infra-estrutura e de política monetária, sobretudo, as relacionadas às taxas de juros, ainda trazem à tona a fragilidade da economia brasileira, no entanto, com a intervenção governamental, a estabilidade da moeda permanece até a atualidade.

2.3 NOS ESTADOS BRASILEIROS

Assim como ocorreu com o planejamento nacional, o surgimento desta modalidade de ação governamental nos estados brasileiros também esteve envolto em uma série de obstáculos no que diz respeito à sua implantação, sendo os principais: carência de técnicos e de dados estatísticos; falta de coesão política; de autonomia dos estados; a centralização de recursos em poder do Governo Federal; entre outros. Apesar disto, a ideia de planejar as atividades governamentais foi ganhando força em vários estados do Brasil a partir de meados da década de 1950. (LAFER, 1975)

A ênfase ao planejamento estadual, nesta época, baseava-se nas discussões sobre a necessidade de se desenvolver medidas para a redução das desigualdades tanto regionais, quanto sociais. A busca por uma melhor alocação da taxa de crescimento econômico em espaços de reduzida integração e recursos (como os centros urbanos de grande concentração de atividades econômicas e população), áreas onde a modernização agrícola resultou no desemprego rural ou em regiões dotadas de recursos naturais pouco explorados justificaria, segundo os defensores do planejamento estadual, a sua institucionalização. (HILHORST, 1981).

A própria Constituição brasileira de 1946 já preconizava o planejamento regional e o estadual e criava condições para o empreendimento desses planos até então não existentes. Prescrevia, por exemplo, o planejamento como uma das soluções para a fixação do homem no campo, para a defesa contra os efeitos da seca no nordeste, a valorização econômica da Amazônia, entre outros artigos. ((FRIEDMANN, 1959 apud COSTA, 1971)

Na década de 1960, do mesmo modo que ocorreu a assimilação do planejamento governamental nos países capitalistas, alguns estados brasileiros adotaram a ideia do planejamento como instrumento de possível manutenção ou aceleração do desenvolvimento econômico e social em determinadas áreas. Entre estes estados estavam Santa Catarina e o Paraná, no Sul do País.

3 O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

3.1 O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO PARANÁ⁸

No Estado do Paraná, a ideia da necessidade de se planejar o desenvolvimento paranaense passou a ser difundida mais amplamente a partir de meados da década de 1950, por influência das experiências

⁷ Sobre tais planos ver KON (1999) e IZEPÃO (2008). É importante ressaltar que em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que em seu inciso 9º previa a elaboração de uma Lei Complementar visando a responsabilização dos administradores públicos, em três esferas de governo, em relação aos seus atos administrativos. Contudo, esta lei, a LC N. 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal só foi homologada em maio de 2000. Por esta razão não será discutida neste estudo. Para maiores informações ver: Presidência da República. *Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000*. Disponível em: http://www.amperj.org.br/store/legislacao/leis/lc101_rfiscal.pdf.

⁸ Seção baseada em IZEPÃO (2008) e LIMA (1998).

do Governo Federal. Nesta época, o Paraná despontava no cenário econômico nacional como maior exportador de café do País, o que lhe acarretou um crescimento populacional de 5,5% a.a. Este acentuado processo de colonização produziu além de riqueza, acentuado crescimento da demanda por bens e serviços públicos, levando os governantes a defenderem o planejamento governamental como forma de dar racionalidade às suas ações.

A primeira medida visando a institucionalização do planejamento governamental no Paraná deve-se ao governador Adolpho Oliveira Franco. Quando assumiu o Governo do Estado, em 1955, Franco deu o passo de maior significância para a criação de um Sistema Estadual de Planejamento, ou seja, criou a Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná – PLADEP. Este órgão tinha como objetivos: fixar tecnicamente os empreendimentos públicos de maior interesse para a economia estadual, de acordo com a disponibilidade de recursos, além de orientar a aplicação dos recursos públicos e privados subsidiados pelo estado. Mesmo não conseguindo se firmar como órgão de planejamento, a PLADEP teve grande importância ao promover estudos detalhados sobre a realidade paranaense, apontando os setores mais problemáticos e propondo soluções para os mesmos. (IZEPÃO, 2008)

Contudo, foi o governador Ney Braga, eleito para o mandato de 1961-1965, o grande precursor do planejamento governamental no Paraná ao definir como pilares de sua política econômica, a industrialização e o planejamento. Para este governador, era preciso uma forte ação estatal no sentido de se criar infra-estrutura, sobretudo, de estradas e fornecimento de energia elétrica, além do financiamento às indústrias de capital local, visando substituir importações.

Entre as principais obras de sua administração, citam-se: a criação da TELEPAR – Companhia de Telecomunicações do Paraná, CAFÉ DO PARANÁ – Companhia Agropecuária de Fomento Econômico, COHAPAR – Companhia da Habitação do Paraná, da SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná, da FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná, do Conselho Estadual de Educação, construção da rodovia do Café, ligando o Norte ao Sul, expansão das atividades da COPEL, construção de hidrelétricas Chopin I e Figueira II, criação da CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná, entre outras.

A CODEPAR foi criada em 1962, para ser um órgão de planejamento. No entanto, não conseguiu assumir a função para a qual foi criada, pois se firmou como uma agência para viabilizar financiamentos à indústria local, por meio de capitais oriundos do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico, cuja origem era o IVC – Imposto sobre Vendas e Consignação. Em 1968, na gestão administrativa do Governador Paulo Pimentel foi transformada em BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná.⁹

No ano de 1963, a PLADEP e uma empresa particular chamada SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, contratada pela CODEPAR, elaborou o I Plano de Desenvolvimento do Paraná (1964-1970), cujos objetivos principais eram: assistência à saúde e educação da população; apoio ao associativismo, à diversificação agrícola e à criação de indústrias e de distritos industriais de transformação agrícola; apoio aos ramos da metalurgia, da mecânica e da indústria farmacêutica nas regiões de Londrina; Maringá; Ponta Grossa e Curitiba; aumento da produção de energia elétrica; proteção ao café e aos recursos florestais e apoio à reformulação funcional e estrutural dos quadros governamentais. O Plano de Desenvolvimento acabou não sendo implementado porque, em 1964, foi implantado no Brasil o regime militar, por meio de um golpe de estado e as propostas, sobretudo, as direcionadas às questões sociais previstas neste plano não eram bem vistas pelos novos governantes ligados ao Governo Federal.

O ano 1973, na gestão administrativa de Emílio Gomes¹⁰, foi um marco importante na história do planejamento governamental no Paraná. Neste ano foi implantado o plano “Diretrizes de Ação

⁹ Sobre a CODEPAR, ver AUGUSTO (1978). Sobre o BADEP, VER MAGALHÃES FILHO (1999).

¹⁰ O sucessor de Paulo Pimentel no Governo do Estado, em 1971, foi Haroldo Leon Peres, que permaneceu no cargo somente oito meses, pois, acusado de corrupção renunciou ao cargo, sendo sucedido por Pedro Viriato Parigot de Souza. O engenheiro Parigot de Souza assumiu o Governo já gravemente enfermo, faleceu em meados de 1973, sendo substituído por Emílio Gomes. Então, no período administrativo de 1971 a 1975, o Governo do Paraná passou pelas “mãos” de três governadores.

(1973-1975)” elaborado na gestão Parigot de Souza, em 1972, com o nome de “Diagnóstico e Diretrizes de Ação”; foi criado o Sistema Estadual de Planejamento e o IPARDES – Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, cujo objetivo era apoiar o governo por meio de pesquisas.

O sucessor de Gomes, em 1975, foi o Governador Jaime Canet Júnior, cuja gestão administrativa ficou conhecida por demonstrar grande racionalidade e por dar aparência mais empresarial às ações do poder público. No início de seu governo instituiu o plano “Objetivos e Metas de Desenvolvimento – OMD”, cujos objetivos principais faziam alusão ao desenvolvimento da agroindústria paranaense, considerada vital para o desenvolvimento do estado.

Em 1979, Ney Braga voltou a ser Governador do Paraná, ainda por via indireta. A sua administração manteve-se voltada à criação é à manutenção de programas sociais já utilizados por governos anteriores e dos que tiveram início no seu primeiro governo, em 1961.

Como exemplos disso, citam-se: a criação do Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense, por meio do Decreto nº 2.194 de 15 de abril de 1980. Liderado por Nice Braga esteve vinculado à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social até 17 de junho 1983; a campanha de vacinação contra a poliomielite e os programas de saúde materno-infantil, ligados, sobretudo, ao planejamento familiar, à prevenção do câncer ginecológico e à saúde escolar, coordenados pela Dra. Zilda Arns. Houve, também uma intensa campanha anti – fumo, coordenada pelo Secretário da Saúde e Bem Estar Social, Oscar Alves. Ainda, na segunda gestão administrativa do Governador Ney Braga foi criada a Secretaria da Cultura e do Esporte, por meio da Lei nº 7.169 de 18 de junho de 1979, além de haver a legalização de 46 mil propriedades rurais e construídas 26 mil casas populares. (ALVES, 2010)¹¹

Os planos de Governo do Estado, a partir de então, favorecidos pela abertura política no âmbito nacional e pela ampliação crescente da participação popular nas discussões e decisões políticas do País, direcionam-se a programas de cunho social. Esta seria, também, a marca da gestão José Richa, eleito pelo PMDB, em 1982 e o seu “Plano de Ação”.

O sucessor de Richa no Governo do Estado foi Álvaro Dias, também, do PMDB. Eleito pelo povo para o período de 1987 a 1991, no início da sua gestão, promoveu a reestruturação da Secretaria de Estado do Planejamento e, em seguida, lançou o seu Plano de Governo, no qual estabelecia, entre outros objetivos: a expansão industrial, o desenvolvimento regional e urbano, a diversificação do sistema produtivo e a modernização administrativa do Estado. Foi no seu mandato que o BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná foi fechado, milhares de servidores públicos foram demitidos, os salários achatados, entre outras políticas que lhe renderam o título de precursor do neoliberalismo no Paraná.

Em 1990, num período marcado pelo insucesso do plano Collor I, é eleito no Paraná o candidato também do PMDB, Roberto Requião. Em sua gestão foi lançada a “Proposta do Plano Plurianual” elaborada para o período de 1992 a 1995. O documento, da primeira gestão Roberto Requião, era composto de propostas e programas voltados à ação governamental, ao campo social, à base produtiva e ao meio ambiente. Tinha como objetivos prioritários o desenvolvimento econômico e social, a melhoria da educação, saúde pública, segurança e da agricultura. Aveso ao neoliberalismo, Requião teve sua gestão administrativa marcada pelos programas direcionados ao pequeno e médio industrial, ao produtor rural e aos programas sociais.

Em 1994, Jaime Lerner, do PDT, venceu as eleições e assumiu o Governo do Estado num momento em que a estabilidade econômica promovida progressivamente pelo Plano Real criava condições para a retomada do planejamento governamental no Brasil. Influenciada por esta conjuntura, em 1995, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral elaborou o Plano de Governo, da gestão Lerner. Seus objetivos encontravam-se estruturados em quatro linhas de ação: infra-estrutura, desenvolvimento sustentado, desenvolvimento humano e gestão pública, sendo que as três últimas deveriam ser consolidadas a partir da primeira. Isto é, da infra-estrutura cuja principal ação prevista era o Anel de Integração.

¹¹ Agradecemos ao Sr. Marcus V. Braga-Alves, Ph.D. Assistant Professor of Finance - College of Business Administration - Marquette University, pelas observações e importantes contribuições em relação ao segundo mandato do Governador Ney Braga.

Em 1998, em razão da popularidade da sua gestão anterior, Lerner se reelegeu governador ainda no primeiro turno das eleições, desta vez pelo PFL. Durante o processo eleitoral assumiu compromisso junto à população paranaense de que na sua segunda gestão daria continuidade às ações que já vinham sendo executadas durante seu primeiro mandato. Lerner pretendia consolidar os projetos dos Anéis de Integração e da industrialização, completando os vazios nas diversas cadeias produtivas, das quais quatro áreas eram priorizadas: processamento de cítricos; embutidos de aves e suínos; couro; e o fechamento do ciclo metal-mecânico, este prioritário devido à ambição da gestão Lerner de tornar o Paraná o 2º maior pólo automobilístico do país.

Neste período também começaram a ser tratadas as questões referentes às privatizações. Grandes estatais, como a COPEL – Companhia Paranaense de Energia, já havia sido envolvida em negociações e outras como a SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná e o Banestado já tinham planos de venda. A estratégia do Governo Estadual era captar recursos para programas sociais e reduzir o comprometimento de aproximadamente 73% das receitas líquidas com o pagamento de pessoal.

No que diz respeito ao seu PPA, o governo Lerner manteve boa parte das propostas do seu Plano de Governo anterior, algumas foram ampliadas, outras redefinidas. Na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação, o CCPG – Centro de Coordenação de Programas do Governo, criado pelo próprio Lerner, em 1995, é que foi o eixo do órgão já que o governador tinha como preferência trabalhar modificando sempre que necessário e possível as políticas previstas no Orçamento Anual e o CCPG facilitava isto, substituindo ou anulando algumas despesas do orçamento.

3.2 O PLANEJAMENTO EM SANTA CATARINA¹²

A primeira experiência de planejamento do Estado de Santa Catarina aconteceu na gestão administrativa de Irineu Bornhausen (1951-1955), quando em março de 1955, o Governador enviou à Assembléia Legislativa, o POE – Plano de Obras e Equipamentos (1956 – 1960). O plano constituía-se mais um orçamento para investimentos do que propriamente em um plano global.

O POE representou a primeira tentativa do Estado de Santa Catarina de vincular recursos a um programa plurianual de investimentos em obras pré-estabelecidas. Os recursos financeiros viriam de um aumento de 20% no Imposto Sobre Vendas e Consignação (IVC), como foi o caso da Codepar, no Paraná, já mencionada anteriormente. Estes recursos seriam destinados à estradas e rodagem, energia elétrica, agricultura, saúde e educação. Ainda no final da gestão Bornhausen foi constituída a CELESC, na tentativa de se resolver o problema energético. Este projeto envolveu a participação de empresas privadas de geração de energia que antes eram fragmentadas e não conseguiam suprir a demanda criada com o aumento do parque industrial.

O sucessor de Bornhausen ao governo do estado foi Jorge Lacerda. Este governador se limitou a cumprir algumas metas previstas no POE como, por exemplo, a constituição da SOLTECA – Sociedade Termoelétrica de Capivari que ficaria responsável pelo controle da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda. Houve avanços quantitativos importantes na economia catarinense nesta época, mas, questões de infraestrutura em termos de energia, portos, telefonia ainda emperravam o seu desenvolvimento qualitativo.

No início da década de 1960, as exigências dos novos padrões de acumulação capitalista e de crescimento levaram os estados brasileiros a mudarem os rumos de suas políticas econômicas. Em Santa Catarina, no ano de 1961, na gestão de Celso Ramos (1961-1965) foi elaborado o PLAMEG – Plano de Metas do Governo. O documento, embasado em estudos setoriais, apontava a deficiência na infraestrutura e apresentava propostas para reversão. Entre os seus objetivos se destacavam a execução, aperfeiçoamento e autorização de obras e serviços públicos, com investimentos divididos entre os seguintes setores: rodovias, energia, educação, saúde, participação em empreendimentos pioneiros, agropecuários e de crédito do Banco do Estado. A grande marca da economia catarinense neste período, segundo o autor, foi a presença de grandes industriais na esfera política do estado, impulsionando o seu processo de industrialização.

¹² Esta seção é toda baseada em GOULARTI FILHO (2005); GOULARTI FILHO (2002).

Esta política teve continuidade na gestão de Ivo Silveira (1966-1970), com a elaboração do PLAMEG II. O plano tinha como enfoque principal a expansão econômica, com a continuidade dos investimentos em energia, transporte e na indústria, mas também estipulava investimentos para a melhoria das condições sociais da população, priorizando saúde, educação e a cultura. Outros pontos levantados pelo plano faziam menção à valorização dos recursos humanos e da melhoria dos meios administrativos.

O sucessor de Silveira, no período de 1971-1974 foi Colombo Machado Salles. Este governador, a exemplo do que ocorrera no Paraná, deu ao governo de Santa Catarina um caráter mais tecnocrático, exigência do próprio Governo Federal, que no auge do Regime Militar, valorizava a tecnocracia.

Neste período foi elaborado o PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento que tinha como síntese a integração regional. O modelo, a exemplo do Plano paranaense, elaborado no mesmo período, o “Diretrizes de Ação”, possuía objetivos concatenados aos do Governo Federal, sob a presidência de Emílio G. Médici. O PCD previa grande parte do montante de recursos para agricultura, indústria, transportes e saneamento e um orçamento mais modesto para energia, telecomunicações e modernização administrativa. Objetivando um desenvolvimento mais harmônico entre as regiões, o PCD previa a subdivisão do estado em treze microrregiões, com o intuito de descentralizar a política econômica catarinense.

Em 1975 assumiu o cargo de governador do estado de Santa Catarina, Antonio Carlos Konder, que tinha como vice o empresário Atílio Fontana, proprietário da empresa Sadia. Na sua administração foi elaborado o Plano de Governo – PG, cujos objetivos, a exemplo do Plano paranaense, o “Objetivos e Metas de Desenvolvimento”, iam ao encontro daqueles traçados pelo II PND, em nível federal. Previa medidas econômicas importantes para os setores de transportes, educação, cultura, administração e planejamento, destinando maiores recursos para a saúde e a indústria. À agricultura coube representatividade menor.

O plano, diferentemente de seus antecessores, não apresentava programas e recursos pré-definidos, apenas um orçamento plurianual para o período de 1976 a 1978. Suas prioridades estavam pautadas em duas áreas básicas: a) econômica, com esforços em telecomunicações, transportes, política de estoques reguladores, extensão e assistência técnica rural, políticas regionais e distribuição de energia elétrica e b) Social, com a ampliação da eletrificação rural, criação de conselhos comunitários, na medicina preventiva, entre outros.

O ano 1979 foi política e economicamente turbulento para o Brasil. Em Santa Catarina, Jorge Konder Bornhausen assumiu o governo de Santa Catarina. Este governador tinha propósitos políticos e econômicos diferentes dos seus antecessores, defendendo menor participação do Estado nas atividades econômicas. Em sua administração foi elaborado o PA – Plano de Ação, que estava dividido em três programas nas áreas: social, econômica, organização Administrativa e planejamento.

O PA não apresentava programas específicos com previsão de gastos. Dentre as principais realizações setoriais do plano, o destaque são os setores: financeiro, cujo PROCAPE e o BRADESC foram os principais canais usados para financiar projetos às indústrias catarinenses, além da abertura de 101 agências do BESC, que atingiu a totalidade dos municípios; o de energia, com a expansão da eletrificação rural e, também, o de transportes, onde os projetos de pavimentação, expansão e terraplanagem complementar atingiram resultados muito positivos.

Em 1982 foi eleito governador, Esperidião Amin, do PDS, cujo plano de governo baseava-se na Carta dos Catarinenses, que pretendia dar “*prioridade aos pequenos, participação comunitária, integração estadual e qualidade de vida*” (GOULARTI FILHO, 2005:641). A carta, que também não possuía um programa prévio de gastos, tinha uma clara tendência neoliberal e estava dividida em três setores: administrativo, social e econômico e de infra-estrutura.

As principais medidas adotadas durante o período Amin foram: a) transportes: fechamento das grandes linhas da malha viária do estado; b) no setor energético: a construção e ampliação de subestações, intensificando a eletrificação rural e c) no setor financeiro, em função das denúncias de fraude do Procape-Santivest, houve o encerramento do Procape, deixando-se a cargo da Badesc, o financiamento do setor privado. Além disso, o BESC passou a sofrer intervenção governamental.

Em 1986, embalado pelo sucesso do Plano Cruzado, o PMDB sagrou-se vitorioso em Santa Catarina ao eleger para o cargo de governador Pedro Ivo Campos. O próprio partido é quem elaborou o Plano Rumo à Nova Sociedade Catarinense, construído a partir de 17 seminários, que contaram com grande participação popular.

O plano, que defendia o papel do estado como agente indutor do desenvolvimento, dividia-se em quatro principais áreas: político-institucional, social, econômico e infra-estrutura e ambiental. Visando moralizar o estado, Pedro Ivo advogava a favor da austeridade fiscal e saneamento do Estado. Para tanto, o mesmo reduziu significativamente os cargos comissionados na área da educação, desativou frotas de veículos e contratou 50% menos de funcionários que os três governos anteriores, a exemplo do que ocorria no Paraná, na mesma época, na gestão Álvaro Dias.

O governador de Santa Catarina, eleito em 1991, foi Wilson Kleinubing que tinha como plataforma de governo o Plano SIM – Saúde, Instrução e Moradia, que marcou a volta de um plano com previsão de gastos e metas definidas para os quatro anos de mandato. Essas metas às quais os recursos seriam destinados eram: construção de moradias populares, desenvolvimento agrícola, modernização da saúde, modernização da instrução, desenvolvimento industrial, recuperação de rodovias, obras e saneamento, melhoria da segurança pública, desenvolvimento do turismo e da cultura.

As principais metas atingidas pelo plano do governo foram nas áreas de: transportes, pavimentação de rodovias, ampliação da rede de telefonia e a criação do Parque Tecnológico Alfa, em Florianópolis, em parceria com instituições públicas e privadas, para abrigar a indústria de alta tecnologia.

Em 1995, o PMDB novamente elegeu seu candidato a governador do estado, Paulo Afonso que defendia uma gestão democrática e descentralizada, estabelecendo o desenvolvimento sustentável como base do seu plano. Para isto o governo deveria estabelecer acordo com ONG's – Organizações Não Governamentais, prefeituras e empresas privadas que possibilitariam uma gestão mais eficiente e eficaz. O plano de governo preconizava que o Estado não deveria ser o responsável exclusivo pela execução de todos os serviços demandados pela sociedade, no entanto, conseguiu o equilíbrio de forma objetiva, sem ceder à onda de privatizações que rondava o Brasil e seus estados.

Em 1999, de Esperidião Amin foi eleito novamente Governador do Estado, e, em sua gestão elaborou o Plano de Governo “Santa Catarina: Estado Vencedor”. Áreas como educação e saúde foram as que mais receberam atenção. Dois acontecimentos que comprovam a mudança no padrão de crescimento da econômica catarinense nos anos 1990, ocorridos nesta gestão foram: a federalização do BESC e a partilha da CELESC.

4 AS EXPERIÊNCIAS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO PARANÁ E SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

4.1 OS PONTOS CONVERGENTES

As semelhanças entre as experiências de planejamento governamental entre os estados do Paraná e Santa Catarina são claramente observadas em cada período de governo. Entre elas se destacam:

a) Os anos de 1956 a 1960 marcaram o início das primeiras medidas governamentais visando a implantação do planejamento estadual em ambos os estados. Os problemas econômicos, sobretudo, os relacionados à infra-estrutura estadual eram igualmente tão fortes que as políticas econômicas adotadas pelos dois governos eram praticamente as mesmas, ressaltadas as pequenas particularidades.

b) No período de 1960-1965 os dois governos não economizaram políticas visando o incremento da infra-estrutura estadual e medidas localizadas para a implantação de um sistema estadual de planejamento. A partir da década de 1960, cresceram as preocupações dos governantes, de ambos os estados, em realizar estudos setoriais que trouxessem à tona não somente os problemas dos seus estados, mas, também, possíveis soluções.

c) A forte influência das políticas emanadas do Governo Federal nos estados ficou clara, no período de 1965 a 1978. Tanto que os recém-empossados Paulo Pimentel, no Paraná e Ivo Silveira, em Santa Catarina, no ano de 1966, ingressaram no partido político dos militares, a ARENA e não no MDB, de “oposição” ao Regime Militar. A forte centralização no poder que marcava o período, deu aos governos estaduais uma posição mais comedida em relação às mudanças nas políticas governamentais. Entendiam os governadores que o momento era de manter as estruturas produtivas e afinar-se aos propósitos do governo federal.

d) Entre 1971-1974, por exemplo, seguindo a tendência já mencionada, os planos governamentais, nos dois estados, mostravam-se centrados nos objetivos estabelecidos pelo I PND, tais como: investimentos em agricultura, indústria, transporte, energia e saneamento. Outra característica importante que norteava as políticas governamentais do período era a busca pela integração regional. Entre 1975 e 1978, os planos governamentais tanto o paranaense, quanto o catarinense mostravam-se alinhados aos objetivos do II PND.

e) Os anos de 1979 a 1982 marcaram uma fase de transição política¹³ no País. Os dois estados, objetos deste estudo, seguiram a tendência nacional. Isto é, em ambos, as políticas governamentais passaram a focar com mais vigor as questões sociais. A busca pelo bem estar da população aparece com maior frequência nos planos de governo, resultando na adoção de investimentos ligados a educação, saúde, cultura, entre outros, mas sem redução drástica no ímpeto dos investimentos em infra-estrutura e no fomento à produção.

f) O ano de 1982 havia marcado a importante vitória da sociedade brasileira frente ao regime militar no que diz respeito ao retorno das eleições diretas para governadores. A influência deste acontecimento nos planos dos governos seguintes ficou evidenciada no forte caráter social pregado pelos planos. A defesa de melhores condições de vida para a população virou bandeira eleitoreira tanto no Paraná, quanto em Santa Catarina. Além disso, as administrações do período também se mostraram mais abertas à participação popular.

g) O período de 1987 a 1990 foi marcado pela onda de expansão do neoliberalismo nas economias capitalistas, com movimentos de privatização, desregulamentação de mercado e de esgotamento do padrão de financiamento utilizado até então pelos governos, baseados, sobretudo, em recursos externos. Neste contexto, os governantes que assumiram os dois estados adotaram planos cujos objetivos eram mais independentes dos planos elaborados pelo Governo Federal. 14

h) De 1991 a 1994 houve forte conturbação política, no Brasil, face aos problemas da gestão Fernando Collor e, ao mesmo tempo, iniciava-se nova fase do planejamento governamental brasileiro, em função da elaboração da Constituição Federal de 1988. Os efeitos destes acontecimentos provocaram mudanças de postura na elaboração e execução dos planos de governo, nas três esferas administrativas. De modo que tanto o governo paranaense, quanto o catarinense tiveram que adaptar-se às premissas da Constituição Federal, utilizando-se, entre outras coisas, de previsão de gastos e metas pré-definidas. Foram adotadas medidas que visavam maior racionalização administrativa, o que deixava clara maior preocupação com os recursos do governo. Os governantes mantiveram metas de cunho social priorizando a saúde, educação, geração de empregos e preocuparam-se em promover investimentos na base produtiva, com incentivos para a agricultura e indústria.

i) Entre 1995 e 1998, com a consolidação do Plano Real e o controle do processo inflacionário que assolava a economia brasileira há anos, começava a despontar no Brasil uma preocupação como desenvolvimento sustentável, preocupação esta, que se fez presente nos planos governamentais dos dois estados. As medidas que comprovam este comprometimento dos novos governantes iam desde a modernização da gestão pública, passando por metas de desenvolvimento regional, e melhoria nas condições de vida da sociedade, até a preocupação com o meio ambiente.

j) Os anos 1999 a 2002 são marcados pela reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, com o respaldo da popularidade do Plano Real. O estilo de planejamento sustentável foi mantido nos estados do Paraná e Santa Catarina, além dos investimentos no campo social. A atenção neste período, nos dois governos estaduais, foi a pressão gerada para a privatização de grandes empresas públicas. No caso paranaense da COPEL, que não chegou a ser privatizada por força da pressão popular e da SANEPAR e no caso catarinense, da CELESC que, também, não chegou ser privatizada.

4.2 OS PONTOS DIVERGENTES

Como observado na seção anterior, as experiências paranaense e catarinense de planejamento mostraram uma série de pontos convergentes, observados desde o momento da adoção desta modalidade de ação governamental, até os últimos momentos do período analisado. Quanto aos pontos divergentes entre os dois casos verificam-se:

¹³ O ano de 1982 marcou o retorno das eleições diretas para governadores de estado.

¹⁴ No âmbito federal, este foi um período marcado pelos planos de estabilização de curto prazo, cujo objetivo central era o combate à inflação, sobretudo, de 1986 a 1993.

a) No primeiro momento, entre 1956 a 1960, onde a industrialização e o desenvolvimento econômico representavam a principal bandeira do planejamento governamental, é interessante notar a tendência paranaense de estabelecer no estado uma industrialização baseada na substituição de importação, cujo objetivo estava voltado a tornar o estado mais independente da economia paulista, além de possibilitar-lhe maior projeção no âmbito da economia nacional. Estas propostas relacionavam-se aos estudos da PLADEP. Já no caso catarinense, não existia este tipo de preocupação, as ações no sentido de ampliar e diversificar a industrialização ocorreram acompanhando o processo que se desenvolvia na economia nacional.

b) Entre 1961-1965 é interessante destacar a ampliação da preocupação do governo paranaense em adotar medidas no sentido de aprimorar a utilização de técnicas administrativas. Um exemplo disto foi a criação da CODEPAR, em 1962 e do FDE que viriam se tornar responsáveis pela viabilização de financiamentos para a pequena e média indústria paranaense. A peculiaridade do estado de Santa Catarina, em relação ao Paraná, neste período, residia na maior participação de grandes industriais na esfera política do estado, com o objetivo de exercer um papel mais decisivo no governo, no que diz respeito aos incentivos ao processo de industrialização.

c) No período de 1966 a 1978 não foi marcado por significativas divergências entre as políticas governamentais do Paraná e Santa Catarina. Isto se explica pelo fortalecimento do autoritarismo característico do Regime Militar implantado no Brasil, em 1964.

d) A partir de 1979 observa-se, nos dois estados, maior independência em relação ao Governo Federal, resultado do processo de abertura política que começava a ser definida no País. Neste contexto, muitas das medidas econômicas adotadas tanto pelo governo do Paraná, quanto pelo de Santa Catarina foram bastante próximas. O diferencial está no fato do Paraná ter chegado ao limite da sua fronteira agrícola, passando a promover maiores investimentos na modernização agrícola com o objetivo de aumentar a produção e fomentar a indústria. Para isto realizou investimentos, sobretudo, em energia e na criação de infra-estrutura.

e) Entre os anos de 1983-1986, o estilo de planejamento voltado para o socioeconômico se firmava nos dois estados, sobretudo, depois das eleições diretas à governadores, em 1982. Com isto, a participação comunitária também passou a ser mais efetiva e defendida pelos governadores. A principal diferença existente entre as duas gestões, isto é, do Paraná e de Santa Catarina, neste momento, residiu na opção catarinense por uma gestão mais neoliberal, defendendo menor intervenção estatal nas atividades econômicas, enquanto no Paraná, a ideia do governo era de recuperar a autonomia do estado e as suas funções tradicionais.

f) O período de 1987 a 1990 foi marcado por fortes tensões sociais exigindo dos governos estaduais medidas no sentido de melhorar as condições de vida da população e amenizar os problemas resultantes da recessão econômica. A principal diferença nas administrações dos dois estados residiu nas mudanças promovidas pelos governadores na própria administração pública: o governador paranaense, por exemplo, promoveu a reestruturação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Já o catarinense promoveu mudanças no sentido de moralizar o estado, pregando a austeridade fiscal e o seu saneamento.

g) O período de 1991 a 1994 foi conturbado política e economicamente no País. Novamente assistiram-se, nos dois estados, diferenças no estilo de governabilidade, pois, enquanto em Santa Catarina, o governador defendia menor intervenção estatal na economia, no Paraná, a concepção adotada buscava recuperar a atuação do estado intervencionista.

h) O período de 1995 a 1998 marcou o início de uma nova fase do planejamento governamental no Brasil, trazendo preocupação, também, com a sustentabilidade. Além disso, a estabilidade do Plano Real dava condições para a retomada do planejamento, enquanto modalidade de ação governamental. As principais divergências encontradas entre os governos paranaense e catarinense, neste período, ficaram por conta das prioridades adotadas em cada estado. No caso paranaense houve enfoque na criação de infra-estrutura, com a criação dos Anéis de Integração e mudanças na gestão pública, que visavam profissionalizá-la, enquanto em Santa Catarina, ganhava força a concepção de que o governo deveria ser o responsável pela oferta de todos os serviços demandados pela sociedade, além de buscar parcerias com ONG's, prefeituras e empresas privadas no sentido de facilitar sua gestão.

i) O período de 1999-2002 trouxe divergências no estilo de governança adotado em cada estado. É marcado por um continuísmo no governo paranaense, em função da reeleição de Jaime Lerner, que priorizava a industrialização, com o objetivo de tornar o Paraná o segundo pólo automobilístico do País, e, no caso catarinense, da volta de Espiridião Amin ao governo, cujas medidas, assim como no seu mandato anterior, tinham forte cunho social e eram dotadas de um caráter subjetivo, com medidas que dificilmente mudariam a realidade catarinense.

Como se pode observar, os dois estados analisados, embora com processos de desenvolvimento e realidades históricas diferentes, apresentam mais semelhanças, do que diferenças em termos de políticas governamentais propostas e desenvolvidas pelos seus governantes, durante o período analisado, neste estado. Isto se deve, em parte, aos rumos traçados pelas políticas do Governo Federal, ora democrática, ora centralizadora, e, também, pelas próprias concepções dos governantes no âmbito destes estados.

Contudo, o fato importante a ressaltar é que em ambos os casos o planejamento governamental foi realizado de forma sistemática e contínua exercendo importante papel enquanto instrumento de política econômica.

5 CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou acompanhar a evolução do planejamento, enquanto modalidade de ação governamental, nos estados do Paraná e de Santa Catarina. É interessante observar que a proximidade geográfica dos dois estados, nem sempre foi garantia de semelhanças nas políticas adotadas por seus governantes. Prova disto são os pontos divergentes destacados pelo estudo que foram encontrados ao longo do processo histórico da experiência de planejamento dos dois estados.

No que diz respeito às características distintas entre estes casos, vale ressaltar que ocorreram com maior frequência em situações e, em algumas modalidades onde a intervenção do Governo Federal não se fez tão presente, dando margem a ações específicas de cada governo, que levavam em consideração a interpretação de seus governantes e nuances específicos de cada região.

As diferenças nos modelos de industrialização adotados nos dois estados ilustram bem esta situação: inicialmente, enquanto no Paraná defendia-se a substituição de importações; em Santa Catarina, já objetivava-se a diversificação e a ampliação do seu parque industrial, acompanhando o desenvolvimento da indústria nacional. Outro exemplo é a criação, no Paraná, de órgãos que ficavam responsáveis pelo fomento ao desenvolvimento, enquanto em Santa Catarina, no mesmo período, aumentava a participação de grandes industriais na esfera política do estado, com o intuito de aumentar os incentivos às indústrias.

Em relação à importância do planejamento, a própria crise internacional que assustou o mundo nos últimos anos vem confirmar a significância do planejamento, enquanto modalidade de ação governamental. Mais uma vez os caminhos do mercado mostraram-se traiçoeiros aos preceitos neoliberais, provocando nos defensores deste tipo de concepção as mais diferentes reações.

ABSTRACT

This article examines the evolution of the government planning in states of Paraná and Santa Catarina, in 1955 to 2002 period, aiming to distinguish the main convergent and divergent points between the two realities so close geographically. Divided into three sections, besides the introduction and conclusion, this article evidences, in the first section, the origin of government planning in capitalist countries and his spread in Brazil and his states. This interrelationship is necessary because the Brazilian states, although subject to policies emanating from Federal Government, have some autonomy to decide on policies inherent to his development process. In the second and third section analyzes the evolution of government planning in Paraná and Santa Catarina on compares them highlighting the main convergent and divergent features, between the two realities, respectively.

Keywords: Government Planning, Development, Santa Catarina, Paraná.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. **Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000**. Disponível em: http://www.amperj.org.br/store/legislacao/leis/lc101_rfiscal.pdf.

COSTA, Gustavo. **Planejamento Governamental**: a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

GOULARTI FILHO, Alcides. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v 26, n. 1, p.627-660, jun. 2005.

_____. **A Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HILHORST, J G M. **Planejamento Regional**: enfoque sobre sistemas. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IZEPÃO, Rosalina Lima. **Planejamento, Política e Economia**: uma análise da prática governamental paranaense (1947 – 2003). 345f. Tese (Doutorado) em História Econômica pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

KON, Anita. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LIMA, Rosalina F. **A experiência paranaense de planejamento**. 160f. 1998 (Dissertação) Mestrado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Maringá: PME.

MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao planejamento econômico**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

